

1 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê do**
2 **Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de 2025, realizada no dia 08 de**
3 **agosto de 2025 (quinta-feira), às 14h, no formato online,** com a seguinte **ordem do dia:**
4 **1 - Abertura; 2 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica**
5 **Consultiva (CTC), realizada em 21/10/24; 3 – Apreciação de minuta de resolução para**
6 **hierarquização de áreas prioritárias para investimento em saneamento rural; 4 –**
7 **Assuntos gerais; 5 – Encerramento. Item 1 – Abertura:** Reunião iniciada às 14h15 em
8 primeira chamada pelo coordenador Zenilson Coutinho (Asflucan), com oito titulares
9 presentes. Demais membros presentes: Daniele Alvarenga (Município de Bom Jesus do
10 Itabapoana), Ramon Fonseca (Águas do Paraíba), Juliana Rangel (Coagro); José Armando
11 Barreto (Município de Italva), José Grimaldi (Aprudom), Romulo Viana (Redi), Luiza Salles
12 (Ecoanzol), Luis Maurício Teixeira (Aprusam). Equipe Agevap presente: Amaro Neto,
13 Antonio Ednaldo e Thaís Nacif. A pedido do coordenador Zenilson Coutinho, Thaís Nacif
14 realizou a leitura da pauta da reunião. **Item 2 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião**
15 **Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC), realizada em 21/10/24:** a ata foi
16 aprovada por unanimidade. **Item 3 – Apreciação de minuta de resolução para**
17 **hierarquização de áreas prioritárias para investimento em saneamento rural:** Thaís
18 Nacif informou que a minuta de resolução foi aprovada no GT Saneamento Rural e está
19 agora sob apreciação da Câmara Técnica para, posteriormente, seguir para aprovação
20 em plenário. Ela explicou que Antônio Ednaldo apresentaria o documento e a
21 metodologia de contratação para o projeto de saneamento rural na região hidrográfica
22 nove. Antônio Ednaldo complementou que a minuta já foi avaliada e aprovada pelo GT
23 após duas reuniões, e apresentou o programa Sanear, criado em 2021 pelo Comitê
24 Guandu para levar serviços de coleta e tratamento de esgoto para áreas rurais não
25 atendidas por concessionárias. Explicou que, desde 2021, o Rio de Janeiro e o interior
26 têm avançado em concessões de saneamento, com a pauta migrando para o
27 saneamento rural, pois o número de municípios sem concessão está diminuindo. Ele
28 mencionou uma reunião em 7 de julho de 2025, na qual quatro comitês debateram uma
29 contratação ampla para otimizar recursos e contratar lotes em conjunto, nivelando a
30 conversa sobre o programa de saneamento rural. Antonio Ednaldo explicou que o
31 comitê ainda não possui uma ação estruturada para saneamento, mas que o
32 saneamento rural tem ganhado espaço na agenda, sendo a primeira fase do programa
33 o planejamento e a hierarquização das áreas rurais que receberão as ações. Ele detalhou
34 que a fase atual é a de definição de critérios objetivos e metodologia para demonstrar
35 o porquê e os motivos das áreas selecionadas para receberem recursos. Após essa fase
36 de planejamento, a próxima etapa será identificar as necessidades de esgotamento
37 sanitário. Antonio Ednaldo explicou os quatro passos do programa Sanear, que incluem
38 a identificação de aglomerados urbanos na bacia selecionada, a contratação de uma
39 gerenciadora executora e a mobilização e execução das ações. Ele detalhou o progresso
40 de outros comitês, mencionando que o Comitê do Médio Paraíba do Sul e o Rio Dois

41 Rios já realizaram a hierarquização, enquanto o Comitê do Baixo Paraíba do Sul está em
42 processo de finalização. Os próximos passos para o programa Sanear são a aprovação
43 da hierarquização no comitê e a identificação de propriedades por georreferenciamento
44 para elaborar o termo de referência para a contratação da empresa. Antonio Ednaldo
45 apresentou as perspectivas de um projeto de saneamento em Guandu, destacando que
46 o custo médio de uma solução individual é de R\$ 8.000 por unidade instalada, podendo
47 variar conforme as características construtivas da residência. Ele explicou que, com um
48 investimento de R\$ 2 milhões, 90% seriam destinados à construção dos sistemas e 10%
49 à gestão, possibilitando a instalação de aproximadamente 225 soluções individuais na
50 região. Antonio Ednaldo também mencionou que o programa inclui ações
51 correlacionadas, como infraestrutura verde e educação ambiental, e que o arranjo
52 institucional é gerido por um comitê que define as diretrizes e prioridades. Antonio
53 Ednaldo explicou que a AGEVAP assina um acordo de cooperação técnica com os
54 municípios, que se comprometem com o apoio e acompanhamento das ações do
55 programa, e também contrata as empresas construtora e gerenciadora. Ele detalhou os
56 próximos passos, que incluem a aprovação da hierarquização das áreas, o levantamento
57 georreferenciado de propriedades rurais na bacia, o contato com os municípios, a
58 assinatura dos acordos de cooperação técnica e a contratação das empresas executora
59 e gerenciadora. Ainda mencionou um caso de sucesso em uma região com investimento
60 em saneamento rural. Antonio Ednaldo explicou que os pontos vermelhos no mapa
61 representam projetos de instalação, mas nem todas as unidades foram instaladas
62 devido à necessidade de aceitação e colaboração dos proprietários, que nem sempre
63 são possíveis. Ele também mostrou um aglomerado de soluções individuais executadas
64 no Sanear Guandu, demonstrando o alcance do programa. Em seguida, João Gomes
65 Siqueira se desculpou pelo atraso e perguntou a Ednaldo se ele havia apresentado a
66 hierarquização do grupo de trabalho, que ele não tinha visto por não ter entrado ainda
67 na reunião. João Gomes Siqueira perguntou se a contratação será conjunta para otimizar
68 o acompanhamento e a execução da obra, que incluirá a aquisição e distribuição
69 individual de equipamentos para propriedades rurais e casas. Ele também enfatizou a
70 importância do processo de hierarquização, discutido no GT e nos comitês, para a
71 escolha da melhor microbacia, pois a falta de uma discussão eficiente nos comitês em
72 outros programas, como o Mananciais, levou a questionamentos e dificuldades na
73 implementação de microbacias. João Gomes Siqueira considerou o programa
74 Mananciais maravilhoso, mas ressaltou que a execução revela mais do que o
75 planejamento, permitindo identificar e corrigir problemas. Ele destacou a necessidade
76 de definir microrregiões para alocação de recursos. Por fim, João Gomes Siqueira
77 perguntou a Antonio Ednaldo Souza Oliveira se o edital do projeto era oriundo do
78 programa Sanear Guandu, questionando se foi um espelhamento ou exemplo, e Antonio
79 Ednaldo Souza Oliveira confirmou ter abordado essa questão inicialmente. Antonio
80 Ednaldo explicou que a ideia é fazer uma contratação unificada por lotes para otimizar

81 a agilidade na aplicação dos recursos e que por isso desejam seguir com os quatro
82 comitês. Ele também afirmou que a metodologia da resolução é a mesma utilizada pelo
83 Piabonha, que aprovou a sua própria resolução. Antonio Ednaldo explicou que a
84 diferença em relação a outros trabalhos é o uso de 10 indicadores, pois a base de dados
85 não contemplava 3 dos 13 indicadores inicialmente previstos, mas o resultado ainda é
86 similar. Thais Nacif complementou que a minuta da resolução foi enviada a todos os
87 membros do Comitê, incluindo as atas do GT Saneamento, para consulta, e que a única
88 alteração foi a inserção das referências bibliográficas, conforme solicitado pelo grupo
89 de trabalho. Antonio Ednaldo propôs que a discussão se concentre na parte dos
90 indicadores para otimizar o tempo, já que a minuta se divide em duas partes: obrigações
91 da prefeitura e delineamentos do programa, e a segunda parte sobre os indicadores.
92 João Gomes Siqueira expressou a frustração com a falta de apoio dos municípios,
93 afirmando que a ausência de parceria os deixa desmobilizados e desarmados em relação
94 às ações que podem ser implementadas, apesar do bom trabalho dos técnicos. Ele
95 solicitou que fossem lidas as atribuições das prefeituras e os indicadores para registro
96 na reunião da CTC, destacando que, independentemente do partido do prefeito, a
97 discussão e a proposta permanecerão as mesmas. João Gomes Siqueira enfatizou a
98 necessidade de ajustes nas políticas públicas que não estão atendendo as expectativas.
99 Zenilson Coutinho afirmou que a reunião atual tem como objetivo aprovar uma
100 resolução, e a decisão da prefeitura de aderir ou não será tratada em um documento
101 separado. João Gomes Siqueira concordou com a abordagem e solicitou que Antonio
102 Ednaldo lesse a seção da resolução referente às responsabilidades da prefeitura. João
103 Gomes Siqueira elogiou a rápida aprovação da resolução, ressaltando que, sem o
104 trabalho do GT e do comitê, ela não teria sido aprovada na plenária. Antonio Ednaldo
105 explicou que a resolução trata da criação do programa Sanear Baixo Paraíba do Sul e
106 Itabapoana, que visa hierarquizar áreas rurais para implementar soluções de
107 saneamento, e Thais Nacif complementou que a responsabilidade dos municípios pela
108 manutenção será formalizada por um acordo de cooperação técnica. Houve uma
109 discussão liderada por João Gomes Siqueira e José Armando Ribeiro Barreto sobre a
110 clareza da redação do artigo terceiro, que aborda a responsabilidade dos municípios
111 pela manutenção dos sistemas, sugerindo que a execução e a manutenção fossem
112 explicitadas de forma mais distinta, para evitar confusões futuras. Antonio Ednaldo
113 Souza Oliveira seguiu realizando a leitura da minuta do documento e apresentou os
114 indicadores de esgotamento sanitário da região hidrográfica nove, mencionando que
115 todas as soluções são individuais e que a análise se baseou no atlas da região e em 13
116 sub-bacias para as análises geoespaciais, destacando a bacia do Paraíba do Sul na parte
117 central. Mauricio Salles perguntou se a baixa pontuação da Lagoa Feia indicava que ela
118 tinha menos problemas de saneamento, ao que Antonio Ednaldo confirmou que,
119 baseado em dados oficiais, sim, e também esclareceu a localização do Ururá em relação
120 ao mapa. Antonio Ednaldo explicou que a utilização de dados oficiais para indicadores

121 de saneamento pode mascarar a realidade, especialmente em relação a lançamentos
122 clandestinos de esgoto que não são rastreáveis e não constam nas estatísticas. Mauricio
123 Salles questionou se os dados oficiais condizem com a realidade, citando o canal
124 Campos-Macaé e o rio Macabu como exemplos de locais com grande contribuição de
125 esgoto não tratada que afeta a Lagoa Feia. José Armando corroborou, destacando a
126 descarga significativa de esgoto no canal do Jacaré e a necessidade de atenção à área
127 rural. Antonio Ednaldo destacou a universalidade do problema do saneamento rural,
128 com as pessoas utilizando corpos hídricos para descarte de esgoto, e observou que os
129 recursos do comitê são limitados, exigindo a seleção de um local para implementação.
130 Ele sugeriu modelar o programa com uma resolução que estabeleça hierarquias,
131 podendo ser revista para adicionar ou complementar elementos e indicadores conforme
132 o programa for executado e houver aprendizado. Antonio Ednaldo enfatizou que é
133 importante que o comitê inicie um programa de gestão adaptativa para resolver os
134 problemas de saneamento, começando com uma equipe pequena e aperfeiçoando o
135 modelo ao longo do tempo. Ele também mencionou que o comitê não conseguirá
136 resolver o problema sozinho devido aos recursos limitados e sugeriu que o programa,
137 uma vez funcionando, poderia atrair outras fontes de financiamento. Zenilson Coutinho
138 e Antonio Ednaldo também ressaltaram a importância de considerar a adesão dos
139 municípios aos programas, pois nem todos os municípios podem priorizar tais iniciativas.
140 José Armando e Mauricio Salles discutiram a possibilidade de utilizar recursos
141 devolvidos que não foram executados para ampliar o programa, e Mauricio Salles
142 defendeu a concentração dos esforços em um projeto piloto bem-sucedido para
143 resolver os problemas de forma eficaz, em vez de dispersar os recursos em pequenas
144 ações que não trarão resultados significativos. Antonio Ednaldo enfatizou que é
145 importante que o comitê inicie um programa de gestão adaptativa para resolver os
146 problemas de saneamento, começando com uma equipe pequena e aperfeiçoando o
147 modelo ao longo do tempo. Ele também mencionou que o comitê não conseguirá
148 resolver o problema sozinho devido aos recursos limitados e sugeriu que o programa,
149 uma vez funcionando, poderia atrair outras fontes de financiamento. Zenilson Coutinho
150 e Antonio Ednaldo Souza Oliveira também ressaltaram a importância de considerar a
151 adesão dos municípios aos programas, pois nem todos os municípios podem priorizar
152 tais iniciativas. José Armando e Mauricio Salles discutiram a possibilidade de utilizar
153 recursos devolvidos que não foram executados para ampliar o programa, e Mauricio
154 defendeu a concentração dos esforços em um projeto piloto bem-sucedido para
155 resolver os problemas de forma eficaz, em vez de dispersar os recursos em pequenas
156 ações que não trarão resultados significativos. A minuta de resolução foi aprovada por
157 unanimidade. **Item 4 – Assuntos gerais:** José Armando informou que não poderá
158 comparecer à reunião do dia 12 devido a uma conferência, mas garantiu sua
159 concordância com a aprovação e que enviará um representante. João Gomes Siqueira
160 destacou a importância do Simpósio do Baixo Paraíba do Sul, que contará com a

161 presença do Ministro da Integração e a inauguração da sala de monitoramento, sendo
162 um evento aberto ao público no dia 27 de agosto de 2025. João Gomes Siqueira
163 destacou que o evento será uma grande oportunidade para conversar e trocar ideias
164 com autoridades e técnicos. Ele também mencionou que o Protratar, um programa de
165 esgotamento sanitário urbano, teve uma revisão na aplicação de recursos, onde a
166 porcentagem destinada aos comitês diminuiu de 70% para 20% com a aprovação de
167 uma nova lei, impulsionando a criação do Sanear Rural. João Gomes Siqueira explicou a
168 visão ambiental do comitê, que se concentra na manutenção do ambiente ligado à água
169 e na regeneração dos corpos hídricos. Ele afirmou que, com isso, eles podem investir no
170 saneamento rural, onde acredita que causarão um impacto significativo ao impedir que
171 fazendas joguem esgoto diretamente nos rios, ao contrário do saneamento urbano, que
172 não é de sua competência. José Armando esclareceu que representa a APRUSAM no
173 CEIVAP, que é a Associação de Produtores Rurais de São Martinho da Baixada Campista,
174 e não o município de Italva, que é representado pelo Anderson Curti. Ele enfatizou a
175 importância da união e articulação para promover modificações no Protratar, que ele
176 acredita que não oferece oportunidades suficientes para municípios menores. Mauricio
177 Salles sugeriu convidar autoridades como o Dr. Flávio e Jair Bittencourt, que são
178 secretários estaduais, para o evento, pois considera importante a presença de
179 representantes governamentais. Thais Nacif confirmou que os convites estão sendo
180 encaminhados para municípios, prefeituras, entidades e órgãos, incluindo os secretários
181 sugeridos. José Armando sugeriu que o comitê se aproxime de Vitor Tinoco, o
182 superintendente federal da agricultura familiar, devido às suas ligações com a UENF e o
183 CIDENNF, além de seu envolvimento com o saneamento rural. Mauricio Salles também
184 destacou a importância de se conectar com o Ministério da Agricultura. Thais Nacif
185 ofereceu-se para investigar a comunicação entre os ministérios e encaminhar convites,
186 enquanto José Armando mencionou sua ligação com a Casa Civil através da rede
187 estadual de colegiados territoriais, que pode auxiliar na articulação e organização de
188 futuras conferências de desenvolvimento rural. **Item 5 – Encerramento:** Reunião
189 encerrada pelo Coordenador da CTC, Zenilson Coutinho, às 15h47. A presente ATA foi
190 lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto (Agevap) e depois de aprovada será
191 assinada pelo Coordenador da CTC do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do
192 Sul e Itabapoana.



Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)
Coordenador da CTC